

# Nada muda em terrenos públicos

DF - Brasília

RENATO ARAÚJO

**GDF FARÁ PESQUISA  
PARA QUE A PRÓPRIA  
POPULAÇÃO DECIDA  
SOBRE DESTINO DE  
ÁREAS AINDA NÃO  
OCUPADAS**

O governador Joaquim Roriz disse ontem à noite, após conversa com o presidente da Terracap, Eri Varella, que só tomará uma decisão a respeito do projeto que permite a alienação de 53 áreas públicas, depois de ouvir o que pensa a respeito a população de Brasília. Para tanto, o GDF encomendará uma pesquisa sobre o assunto para que toda a comunidade seja ouvida.

Ontem, o presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argel (PMDB), disse, após reunião com representantes das prefeituras das quadras do Plano Piloto, da

Terracap e com deputados distritais, que vai sugerir ao governador a retirada do projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal (GDF) a alienar os 53 imóveis públicos de uso especial. "Vou sugerir ao governador que retire o projeto e o reapresente com modificações", garantiu.

Depois de três horas de reunião e debates acalorados com os representantes da comunidade do Plano Piloto, o presidente concluiu que o assunto ainda estava prematuro e deveria ser mais discutido por todos os segmen-

tos da sociedade.

O presidente da Terracap, Eri Varella, concordou com a iniciativa do parlamentar e disse que informaria logo em seguida ao governador sobre os pontos de vista levantados durante o encontro. "Vou levar tudo ao governador do DF, a quem caberá abrir as discussões", afirmou.

Gim aproveitou para esclarecer que, ao contrário do que foi publicado, o projeto ainda não fazia nem fez parte da pauta de votações da Assembléia Legislativa. "Só fiquei sabendo da entrada do projeto na noite de sexta-feira", afirmou.

Durante o debate, o presidente da Terracap afirmou que o projeto não está irregular porque não propõe alteração de uso das áreas. Segundo argumentou, os imóveis dos quais trata a proposta já estão disponibilizados há mais de 40 anos e, até a presente data, não foram utilizados.

Representantes das prefeituras querem ampla discussão sobre o futuro dos terrenos até que uma lei seja aprovada

"A ocupação dessas áreas

é uma imposição legal", afirmou.

A maioria dos prefeitos presentes e até mesmo as presidentes dos Conselhos Comunitários das Asas Sul e Norte, Emilia Fernandes Ferreira e Eliete Ferreira Bastos, respectivamente, questionaram uma possível aprovação da proposta pela Câmara. "Fiquei preocupada", disse Eliete. Para ela, a alienação dessas áreas tem que ser discutida com a comunidade antes de ser transformada em projeto.

Ele aproveitou seu aparte para lembrar das alterações que foram feitas no governo



VARELLA (C) lembrou das alterações que foram feitas no governo anterior, para destinação de lotes no Eixo Monumental

## Destinação não vai ser alterada

O presidente da Terracap, Eri Varella, garantiu ontem que o projeto enviado pelo Executivo à Câmara Legislativa não está propondo mudança de critérios na utilização de área pública. "Quem alterou destinação contra a lei do tombamento não foi Joaquim Roriz", afirmou. "Quem fez isso foi o mesmo partido que saiu no jornal criticando a medida", garantiu Varella.

anterior para destinação de lotes no Eixo Monumental, para a construção de uma lanchonete de uma rede americana. "Isso sim foi um absurdo", garantiu.

Fora as "estocadas" durante o debate, a promessa de abertura de uma ampla discussão envolvendo todos os segmentos da sociedade agradou aos líderes comunitários presentes à reunião.

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Emilia Fernandes Ferreira, saiu da Assembléia com a

convicção de que o projeto vai ser amplamente discutido e, posteriormente, retirado da Câmara. "Tenho certeza de que a proposta será retirada.

Já Eliete Ferreira Bastos, do Conselho da Asa norte, disse que a reunião foi muito proveitosa e tem certeza de que o clamor da população será atendido. "Tenho fé na força da comunidade", garantiu.

Mas teve também quem discordasse da opinião dos prefeitos. O líder do governo

na Câmara, deputado Edmar Pirineus (PMDB), lembrou que Brasília foi projetada para ter uma população de 500 mil de habitantes. "Hoje temos mais de 2 milhões", lembrou.

O parlamentar concorda que o projeto deve ser discutido com a comunidade. Mas lembrou que as áreas em discussão não são propriedades daqueles que moram perto delas. "Elas são de todos os habitantes do DF", avisou. "O governo estará aqui para discutir o tema".